QJSP
2 o Io

caderno • quinta-feira, 28/5/87 Política JORNAL DO BRASIL

coluna do casteiio PMDB decide impor-se na Constitu
A autonomia do

Distrito Federal

Ogovernador de Bra-

sília, sr José Apare-
cido de Oliveira, reassu-
miu ontem o seu posto,
de volta de uma excursão

de serviço pelo exterior,
com um problema a
mais, e dos mais delica-
dos, a somar-se ao acer-
vo dos problemas admi-
nistrativos da capital da
República. Trata-se da aprovação pela
Comissão do Distrito Federal da Assem-

bleia Constituinte da proposta de dar auto-
nomia ao município e eleger em 1988 seu
governador e uma assembleia legislativa.

Pessoalmente, o governador definiu-
se pela autonomia da capital no seu discur-
so de posse, numa hora de euforia na qual
prevaleciam os compromissos liberais. Ele
deve manter-se em princípio fiel à tese,
mas acontece que o governo a que serve,
em especial o presidente José Sarney,
encara com a maior reserva a reivindica-

ção político-eleitoral dos representantes
do Distrito Federal. A velha discussão em

favor da autonomia, que percorreu toda a
vida política do Rio de Janeiro quando
capital, teve apenas um momento de favo-
recimento da tese liberal. Em 1934 a

Constituição então votada estatuiu a auto-
nomia e a Câmara Municipal elegeu o
Primeiro prefeito da cidade, o famoso
edro Ernesto, que alguns meses depois
seria preso como implicado na revolução
de 1935 e deposto. Seu substituto foi o
presidente da Câmara, o padre Olímpio de
Melo, e a antiga capital jamais voltou a ter
administrador eleito, a não ser quando
perdeu o status de capital e se transformou
no estado da Guanabara. O primeiro go-
vernador eleito foi Carlos Lacerda, que
realizaria importante obra administrativa.

O problema, que durante decénios
existiu também em Washington, onde ter-
minou por prevalecer a reivindicação do
prefeito eleito, vai ressurgir com todo o
peso em Brasília, dadas as condições espe-
ciais da capital brasileira. Construída há 27
anos para sediar o governo da República,
a qual pretendia se ver livre das pressões
de opinião pública e da força armada
concentrada no Rio de Janeiro, nasceu sob
o signo da subordinação ao governo fede-
ral que se instalaria no seu espaço, por
seus três poderes, e ali hospedaria, como
hospedou, a totalidade da representação
diplomática estrangeira.

Brasília sofre, contudo, dos mesmos
problemas de insegurança do Rio de Janei-
ro, agravados pelos amplos espaços de
difícil controle por uma força policial limi-
tada e mal aparelhada como costumam ser
os serviços públicos locais do país. A
Esplanada dos Ministérios e a Praça dos
Três Poderes são amplos espaços ocupá-
veis por populações inconformadas ou rei-
vindicantes. O governo sente carência de
segurança, pois os fatos têm demonstrado,
desde a revolução dos sargentos em 1963,
que a cidade é vulnerável aos excessos da
tropa e da população. A chamada Ilha da
Fantasia vira-se numa ilha de pânico, aces-
sível nos seus amplos palácios ao assédio
de massas nem sempre controláveis sem o
recurso a meios violentos.

O general Nini chibateando automó-
veis é apenas uma imagem da instabilidade
da cidade nos momentos de confrontação
política, assim como as galerias da Câma-
ra, tomadas pelas tropas de Taguatinga (os
candangos) mobilizados pela esquerda po-
pulista, se transformavam rapidamente no
principal instrumento de suasão da dupla
Jango-Brizola nos meses que precederam
o golpe militar de 64. Quem funciona
politicamente em Brasília percebe facil-
mente a existência desse problema e sua
resultante: a necessidade de sentir-se segu-
ro o governo federal pela proteção do
escudo militar do setor urbano ocupado
pelo Exército.
A essas razões acrescenta-se a circuns-

tância de que a cidade não dispõe de
autonomia financeira. Seu custeio é asse-

gurado com 64% dos recursos oriundos
dos cofres federais, o que aparentemente
dá à União o direito de gerir ou de
fiscalizar a aplicação desses recursos, em-
bora a cidade seja dotada de órgão de
controle supervisionado pelo Senado Fe-
deral.

O fato é que o presidente José Sarney
e o sistema de forças em que se apoia não
assimilaram a ideia de ter em Brasília um

governador eleito pelas populações caren-
tes das cidades satélites condicionadas por
uma assembleia local que facilmente re-
produzirá o modelo da "gaiola de ouro",
que tornou irrespirável o legislativo muni-
cipal do antigo Rio de Janeiro. O governa-
dor José Aparecido terá de encarar essa
realidade e comportar-se em consonância
com as decisões pol,iticas do governo que
integra. Empenhado na solução de proble-
mas básicos acumulados ao longo de anos
de má gestão — circunstância que o leva a
chocar-se com interesses criados —, deve-
rá a partir de agora comandar na cidade a
resistência pela campanha em favor da
conquista da autonomia de uma cidade
ainda inacabada, gerida por recursos fede-
rais, mas com uma população facilmente
manejada pela fantasia de um estado de
liberdade.

Carlos Castello Branco

BRASÍLIA — O PMDB vai partir para a ofensiva. O
presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guima-rães, os líderes do partido, o relator da Comissão de Sistematiza-ção, deputado Bernardo Cabral, e os oito relatores das comissões temáticas da Constituinte querem a aprovação das teses defendi-das no programa do PMDB. Reunidos na noite de terça-feira na casa do doutor Ulysses, das nove às duas da madrugada, chegaram à conclusão de que é preciso deixar clara a posição oficial do partido, que, em muitos casos, tem sido derrotada pelos próprios pemedebistas.
Agora, definiram-se alvos prioritários. Alguns deles são:
salvar pelo menos o Estatuto da Terra (promulgado durante o governo militar de Castelo Branco), criar o Conselho Nacional de Comunicação, deixar que a questão do aborto seja tratada mais tarde, pela legislação ordinária, e evitar que a Constituição traga princípios que justifiquem um golpe de Estado.
A partir do resumo apresentado à cúpula do partido por cada
um dos relatores — todos pemedebistas —, chegou-se à conclusão de que os conservadores estão unidos em torno daqueles pontos que lhes são indispensáveis, principalmente na Comissão da Ordem Económica.
Pelo menos dois assuntos críticos foram tratados. Na Subco-
missão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, por exemplo, o anteprojeto considerado progressista, do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), foi derrotado a partir de um
substitutitvo apresentado pelo deputado Rosa Prata (PMDB-MG), fazendeiro em Uberaba. Na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, os deputados Mendes Ribeiro (PMDB-RS) e José Carlos Martinez (PMDB-PR) encabeçaram a rejeição do anteprojeto da relatora, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).
Os dois episódios comprovam a fragmentação do PMDB,
que se dividiu em duas questões sobre as quais há posição definida em seu programa, aprovado no Congresso Nacional do partido realizado no ano passado: a reforma agrária e a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, que concederia canais de rádio e televisão e definiria a política de comunicação do país — retirando das mãos do Ministério das Comunicações o poder de outorga, e cassação de concessões.
É hora de o PMDB se definir como partido. Isso é vital para
a sua sobrevivência e para cumprir os compromissos assumidos com os eleitores", pediu o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia. "Há uma grande preocupação em unir o PMDB em torno das questões programáti-cas. Temos o dever de buscar esse entendimento", concordou o senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão da Organi-zação do Estado.

Bisol quer programa
partidário respeitado
Pelo menos um senador, José Paulo Bisol (PMDB-RS),
cobrou com veemência a necessidade de unificação do PMDB, durante a reunião na casa do presidente do partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O anfitrião não se manifestou, mas os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e o governador Pedro Simon apoiaram o discurso de Bisol.

O senador gaúcho chegou a pedir claramente a expulsão dos
conservadores do PMDB ou a retirada dos progressistas, que formariam um novo partido. Para manifestar sua preocupação, Bisol lembrou duas derrotas dos progressistas, causadas por constituintes do PMDB: na Subcomissão da Reforma Agrária, o parecer do também pemedebista Osvaldo Lima Filho foi derrota-do pela ausência do deputado Benedicto Monteiro (PMDB-PA) que, no dia da votação, estava em Belém para fazer uma palestra na OAB e se reunir com suas bases; na Subcomissão dos Princípios Gerais e Intervenção do Estado, oito constituintes do PMDB se aliaram à direita para derrubar o parecer do relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA). Esta subcomissão acabou propondo alterações no monopólio do refino de petróleo e deu uma definição muito vaga de empresa nacional.

Bisol quer que esses constituintes sejam interpelados e que se
exija deles o cumprimento do programa partidário. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMD^- AM), que não se tinha manifestado, apoiou Bisol quando ele disse que não assinaria os anteprojetos das subcomissões.

Os relatores das comissões

Prisco: Organização
Eleitoral

Serra: Sistema
Tributário

Severo: Ordem
Económica

Richa: Organização

do Estado

ámm
Bisol: Soberania, Egídio: Organização
Direitos e Garantias dos Poderes

Távola: Educação Almir Gabriel:
e Comunicação Ordem Social

Divergências dão
a rota por onde |
passará o acordo
João Gilberto

E

ncerrado o primeiro round na Constituinte — o das
subcomissões — as tendências fazem as contas de suas
vitórias e derrotas, embora, com a consciência de que tudo
não passa de uma preliminar, já que as novas etapas podem
modificar o que foi resolvido e resultado mesmo só se terá na
partida de fundo, isto é, no plenário, lá pelo final de setembro
ou meados de outubro.

A fórmula de ir escrevendo a Constituição a partir de
fontes plurais eaté contraditórias permite a cada segmento de
opinião tazer um teste de força antes de partir para a
negociação. Foi assim que os progressistas colocaram sua

assinatura no texto da Ordem Social e incluíram nos direitos
do trabalhador a própria plataforma do movimento sindical;
todas as reivindicações transformadas em capítulo constitucio-nal. Já os conservadores deram autógrafos na Ordem Econó-
mica, preocupados em preservar a livre empresa, desestimular a ação estatal e defender a propriedade; nos princípios gerais
derrotaram o trabalho do relator, na reforma agrária chega-
ram ao empate técnico do zero a zero; e na questão urbana
escreveram um texto moderado.
Vendo os resultados parciais, deveríamos ter uns e
outros comemorando e chorando a um só tempo. Isto não
acontece porque enquanto as lideranças de centro-direita
conhecem bem a retórica do "já ganhou" e a utilizam para
jogada de efeito futuro, as cabeças do centro-esquerda têm
uma tendência à mortificação e vão ao muro das lamentações
até quando ganham. Agora mesmo, quando os textos aprova-
dos significam conquistas sociais consideráveis, direitos inova-dores e alguns até ousados, além de mecanismos de participa-ção popular muito interessantes, o quadro é de uma direita
triunfante e de uma esquerda mortificada.
Todavia, esta é a primeira etapa. Nela, ambos ganharam
de forma avassaladora em alguns aspectos e perderam de
maneira retumbante noutros. Mas, todos sabem que a quebra-
de-braço de agora pouco quer dizer para o resultado final do
plenário.
Até por isto, cada força jogou para o confronto. Poucos

Grupos disputam voto
indeciso na Ciência

BRASÍLIA — Cada voto dos parlamentares de posição ainda
não definido, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunica-ções, Educação e Família, será disputado pelos blocos d esquerda e da direita. Os progressistas contam, seguramente, c 18 votos, enquanto os conservadores mantém uma vantage

inicial de quatro votos. Entre eles, flutua um grupo de parlamentares de diferentes partidos, que não firmaram posição mas serã
responsáveis pela tendência que predominará na Comissão. „ Na Mesa, o relator, deputado Arthur da Távola

(PMDB/RJ), tende pela esquerda, enquanto o presidente, sendor Marcondes Gadelha (PFL/RJ), é conservador. As incógnita
ficam por conta de deputados como Pedro Canedo (PFL/GO);
Átila Lira (PFL/PI). Canedo manteve uma posição reformista na Educação, embora tenha recuado na votação da destinação
verbas públicas para o ensino. Átila Lira também votou com os progressistas nessa subcomissão. Na Ciência e Tecnologia, d parlamentares do PMDB do bloco progressista mudaram de posição na votação do anteprojeto da relatora Cristina Tavarç (PMDB/PE). Foram os deputados Aluízio Vasconcelos (MG),e
Onofre Corra (MA).

Os indefinidos ganham número entre os parlamentares qu
formaram a Subcomissão de Família. Como a maioria dòs assuntos foi de cunho "moral" e não ideológico, as posições nã são previsíveis. Neste grupo alinham-se os deputados João d Deus Antunes (PDT/RS), Matheus Ienses (PMDB/PR), Roberto Augusto (PTB/RJ), Sotero Cunha (PDC/RJ), e Eraldo Tinoco (PFL/BA). Todos mantiveram posições conservadoras sobre família, questão do menor, aborto e planejamento familiar «- coerentes com o fato de serem pastores evangélicos. tj

O tema mais polémico a ser discutido na comissão será

parte de ciência, tecnologia e comunicações, que envolve basicamente a reserva de mercado e o sistema de concessão de canais
rádio e televisão. Outro tema será a destinação de verbas públic para o ensino. r:

Tendência de comissão

deixa Fogaça animado
BRASÍLIA — "Graças a Deus, na comissão temática; a
direita não é tão poderosa", desabafou o senador José Foga (PMDB-RS) no dia que a Subcomissão do Poder Executivo

decidiu podar seu anteprojeto para estipular um mandato presdencial de cinco anos e poupar os ministros militares das moçõe
de desconfiança previstas pela sua proposta parlamentarist Fogaça tem motivos para comemorar, pois enquanto 90% de su subcomissão eram constituintes próximos da direita, na Comissã Temática a correlação de forças pesa em favor dos progressista

Para impedir as mudanças drásticas que a Subcomissão d
Executivo planejava para seu projeto, Fogaça só contava com trabalho dos deputados Miro Teixeira (PMDB-RJ), Jutahy Júnior (PMDB-BA), Gumercindo Milhomen (PT-SP) e Eduardo Bon-
fim (PC do B-AL). Enquanto isso, sob a orientação do deputado Albérico Filho (primo do presidente Sarney), Expedito Machado (PMDB-CE) orientou o grupo centro-democrático para uçi
acordo com o PDS e o PFL e, juntos, compuseram uma maiori
de 19 constituintes, fatal para a derrota do projeto de Fogaça.

Na COMISSÃO TEMÁTICA — a de Organização dds
Poderes — a articulação de Expedito Machado dificilmente teijá êxito. Para começar, ali os 20 integrantes da Subcomissão d Judiciário desenham um perfil nitidamente progressista, com raras exceções, como Paes Landim (PFL-PI) e Leopoldo Perfi (PMDB-BA), mais identificados com a direita. Os integrantes
oriundos da Subcomissão do Legislativo também compõem uih figurino liberal e votos como os de Dalton Canabrava (PMDB-
SC), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Jorge Leite (PMDB-RJ)
correm o risco de ficar perdidos num mar de constituintes inclinados a seguir o relator, deputado Egídio Ferreira Li$a
(PMDB-PE), um dos rnais empenhados na consolidação da transição política. E para Egídio, essa consolidação se cham "mandato de auatro anos para o presidente Sarnev".

relatores voltaram-se à negociação e à tarefa de serem
"relatores do consenso ". A etapa seguinte dispensava-os dest empreitada e alguns optaram por marcar posição para umlado
ou para outro. Todos reconhecem, porém, que a Constituição
não será a obra de uma das facções e que grandes composiçõe pçrecisam ser feitas para se chegar ao texto final que represen-
te um pensamento de comunhão nacional.
Até aqui escaramuças. Mas, progressistas e conservado-
res sabem muito bem que precisarão negociar em direção ao
centro, majoritário e indecifrável em todos os perfis que os
cientistas políticos fizeram desta Assembleia Constituinte.
Na nova etapa, a dos oito comissões temáticas, já
desaparecem algumas propostas que tiveram mínima reper-

cussão, as alternativas começam a sernegociads e as divergências explicadas.
Chegaremos a alguns grandes confrontos de plenário em y
tomo de teses básicas inconciliáveis. Mas muita coisa haverá; de ser resolvida por uma salutar negociação. Afinal, a gg
esquerda sabe que a Ordem Social que conquistou sozinha g precisa ser mediada e a direita tem consciência de que a |
Ordem Económica que arrancou na marra nesta primeira fase m ainda passa por muita negociação.

João Gilberto Lucas Coelho, 44 anos, advogado especializado em
Direito Constitucional e ex-deputado federal, é diretor do Centro de
Estudos de Acompanhamento da Constituinte, entidade da Universi-
dade de Brasília.

y